



Número: **5003043-71.2023.8.13.0079**

Classe: **[CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **1ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem**

Última distribuição : **24/01/2023**

Valor da causa: **R\$ 16.359.966,60**

Assuntos: **Recuperação judicial e Falência**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
SERTA SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA - EPP (AUTOR)	
	AMADEU PEDERSOLI NETO (ADVOGADO) MURILO MARQUES GONTIJO (ADVOGADO) VINICIUS JOSE MARQUES GONTIJO (ADVOGADO) LUCAS CARVALHO DE ARAUJO (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9710498973	30/01/2023 08:22	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CONTAGEM / 1ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da
Comarca de Contagem

PROCESSO Nº: 5003043-71.2023.8.13.0079

CLASSE: [CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)

ASSUNTO: [Recuperação judicial e Falência]

AUTOR: SERTA SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA - EPP

DECISÃO

Vistos.

Cuidam os autos de pedido de **Recuperação Judicial** pleiteado por **SERTA – Serviços Técnicos e Administrativos Ltda.**, em virtude de situação de crise econômico-financeira.

A Requerente relata que foi fundada em 1996, tendo como principal atividade a terceirização de serviços e “*facilities*”, atuando em todo o território brasileiro com uma ampla gama de produtos e serviços.

Sustenta que, ao longo de mais de 25 anos, atende clientes de notoriedade, tais como Vale, PUC MINAS, CEMIG, AZUL, Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, Prefeituras de Betim e Contagem, Osaka Veículos, Cofermeta e Odebrecht, contando atualmente com mais de 1000 colaboradores.

Alega que desde a constituição da sociedade, em 1º de outubro de 1996, os negócios vinham fluindo satisfatoriamente, sendo que, no entanto, em meados de 2019 observou-se significativa mudança de cenário, que culminou em grave crise financeira da sociedade.



Atribui o motivo da crise financeira à pandemia da Covid-19, somada à enorme carga tributária do país, aliada ainda à recessão e à instabilidade política nacional, aduzindo que a perda de ativos essenciais havida, acrescida da retomadas e/ou vendas de produtos e serviços por preços aviltados impedem o restabelecimento da vida econômica como outrora, indicando, inclusive, já estar operando com contenção de despesas.

Afirma, também, que apesar da difícil situação econômica, suas atividades são absolutamente viáveis, sendo os problemas financeiros passíveis de solução considerando-se a ampla gama de serviços prestados aos clientes corporativos, municípios, órgãos públicos e fundações, sua grande estrutura consolidada em seus mais de 25 anos de existência, além de seu vasto *know-how*, *expertise* adquirido neste período e o reconhecimento do mercado para seu desenvolvimento.

Afirma também que a sociedade consubstanciava-se pluripessoal, tendo sido, no entanto, reduzida a um único sócio com transformação em EIRELI por permissão legal e interesse societário. Atesta que, com o advento da Lei 14.382/2022 e a extinção do tipo societário EIRELI, a sociedade fora transformada em sociedade unipessoal, o que comprova seu total respeito ao Ordenamento Jurídico Pátrio; que o capital social é de R\$ 11.436.434,00 (onze milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), já totalmente integralizado.

Alega que, *in casu*, atende aos requisitos previstos nos art. 48 e 51 da LRF, tendo apresentado todos os documentos exigidos na referida lei, restando pendente apenas o balanço relativo ao exercício de 2022, cujo encerramento se deu em 31 de dezembro de 2022, pelo que requereu prazo de 30 (tinta) dias para sua apresentação, vez que o pedido de Recuperação Judicial fora realizado sob o regime de urgência.

Pleiteia “Tutela Provisória de Urgência”, com fundamento no art. 6º § 12 da Lei 11.101/2005, após as reformas trazidas pela Lei 14.112/2022, buscando a suspensão dos efeitos dos protestos e negativas em nome da sociedade, a fim de cessar o abalo ao crédito sofrido em virtude dos cadastros restritivos, bem como a abstenção pelos credores das rescisões contratuais que tenham por fundamento as cláusulas resolutivas expressas em face do advento da recuperação judicial, por serem nulas de pleno direito.

Por fim, requer que seja deferido o processamento da Recuperação Judicial SERTA Serviços Técnicos e Administrativos Ltda.,

É o relatório. Decido.

Pela análise dos documentos carreados, verifico que os requisitos legais para o processamento da Recuperação Judicial estão atendidos. Inteligência dos artigos 48 e 51, da Lei n.º11.101/2005. Destaque-se apenas a pendência de apresentação dos documentos consolidados relativos ao exercício 2022, vez que o exercício fiscal acabou de findar-se e, segundo informou a devedora, as informações ainda estão em fase de consolidação.

A Recuperação Judicial visa a superação do estado de crise de uma empresa, viabilizando que se preservem a produção, os empregos e os interesses dos credores. O que se pretende, portanto, é a recuperação financeira da empresa com a preservação da sua atividade econômica, conforme preconiza o art. 47 da Lei 11.101/05:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir



a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Por sua vez dispõe o art. 49 da Lei 11.101/05:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

§ 1º Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.

§ 2º **As obrigações anteriores à recuperação judicial observarão as condições originalmente contratadas ou definidas em lei**, inclusive no que diz respeito aos encargos, salvo se de modo diverso ficar estabelecido no plano de recuperação judicial.

§ 3º **Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.**

§ 4º Não se sujeitará aos efeitos da recuperação judicial a importância a que se refere o inciso II do art. 86 desta Lei.

§ 5º Tratando-se de crédito garantido por penhor sobre títulos de crédito, direitos creditórios, aplicações financeiras ou valores mobiliários, poderão ser substituídas ou renovadas as garantias liquidadas ou vencidas durante a recuperação judicial e, enquanto não renovadas ou substituídas, o valor eventualmente recebido em pagamento das garantias permanecerá em conta vinculada durante o período de suspensão de que trata o § 4º do art. 6º desta Lei.

A legislação vigente determina que estão sujeitos à Recuperação Judicial todos os créditos existentes na data do pedido do seu processamento, assim como as obrigações anteriores à Recuperação Judicial observarão às condições originalmente contratadas.

Outrossim, conforme preceitua o art. 49, §3º, da Lei 11.101/05, o deferimento e o processamento da



Recuperação Judicial não surtirão efeitos sobre os créditos gravados com alienação fiduciária.

Contudo, em respeito ao princípio da preservação da empresa, assim como na limitação prevista na parte final do §3º do art. 49, que impede a venda ou retirada do estabelecimento do devedor de bens essenciais a sua atividade empresarial, tem-se estabelecido a exceção à regra da não submissão do crédito garantido por alienação fiduciária ao procedimento de Recuperação Judicial, o que implica em avaliação pontual e excepcional, caso a caso, mediante requerimento específico.

Nesse sentido, é consolidado o entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o juízo da Recuperação Judicial é competente para o controle dos atos de constrição patrimonial, anteriores ou posteriores ao deferimento do pedido:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. FALÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. TRAMITAÇÃO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SUSPENSÃO. POSSIBILIDADE DE CITAÇÃO E PENHORA NO JUÍZO DA EXECUÇÃO FISCAL. NECESSÁRIO CONTROLE DOS ATOS DE CONSTRIÇÃO PELO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. **Os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal. Inteligência do art. 76 da Lei n. 11.101/2005.** 2. **Tal entendimento estende-se às hipóteses em que a penhora seja anterior à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação judicial.** Ainda que o crédito exequendo tenha sido constituído depois do deferimento do pedido de recuperação judicial (crédito extraconcursal), a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, também nesse caso, o controle dos atos de constrição patrimonial deve prosseguir no Juízo da recuperação. Precedentes. 3. O deferimento da recuperação judicial não possui o condão de sobrestar a execução fiscal, todavia, conquanto o prosseguimento da execução fiscal e eventuais embargos, na forma do art. 6º, § 7º-B, da Lei 11.101/2005, com redação dada pela Lei 14.112, de 2020, deva se dar perante o juízo federal competente ao qual caberão todos os atos processuais, inclusive a ordem de citação e penhora -, o controle sobre atos constitutivos contra o patrimônio da recuperanda é de competência do Juízo da recuperação judicial, tendo em vista o princípio basilar da preservação da empresa. 4. Em outros termos, o Juízo da execução fiscal poderá determinar a constrição bens e valores da recuperanda, todavia, o controle de tais atos é incumbência exclusiva do Juízo da recuperação, o qual poderá substituí-los, mantê-los ou, até mesmo torná-los sem efeito, tudo buscando o soerguimento da empresa, haja vista a sua elevada função social. 5. Agravo interno não provido. (AgInt no CC 177.164/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 31/08/2021, DJe 09/09/2021)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PENHORA. LEVANTAMENTO INTEGRAL DE VALORES. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. **"O fato de haver penhora anterior ao pedido de recuperação judicial, em nada afeta a competência do Juízo Universal para deliberar acerca da destinação do patrimônio da empresa suscitante, em obediência ao princípio da preservação da empresa"** (AgInt no CC 152.153/MG, Rel. Ministra Nancy Andriahi, Segunda Seção, julgado em 13/12/2017, DJe 15/12/2017) 2. O exame da pretensão recursal de reforma do v. acórdão recorrido exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. 3. O dissídio jurisprudencial não foi devidamente demonstrado, à míngua do indispensável cotejo analítico. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1583266/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/08/2021, DJe 01/09/2021)



Sobre o tema, não é diferente o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - ATOS CONSTRITIVOS - JUÍZO UNIVERSAL - PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA - SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES MOVIDAS EM DESFAVOR DA RECUPERANDA - ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/05 - AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. **Compete ao Juízo da recuperação judicial promover o controle sobre todos os atos constritivos do patrimônio da sociedade em recuperação - inclusive em relação às penhoras anteriores ao pedido de recuperação judicial -, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.** Exige-se para o conhecimento do recurso a presença do pressuposto subjetivo de admissibilidade, qual seja, o interesse de agir, que decorre do prejuízo que a decisão possa ter causado à parte. Assim, ausente o interesse recursal, imperioso o não conhecimento de parte do recurso - que, in casu, versa sobre a suspensão das ações e execuções movidas em desfavor da recuperanda. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.19.009588-5/002, Relator(a): Des.(a) Maurício Soares, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/09/2020, publicação da súmula em 25/09/2020).

Desta forma, embora se reconheça a existência de tratamento específico para o credor fiduciário, o direito de retomada do bem, desde que essencial à atividade empresarial, pode ser mitigado, a critério do juízo da Recuperação, visando garantir à preservação da atividade empresarial.

Assim, **DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, nos termos do art.52, da lei extravagante supramencionada, com as seguintes providências:

1. NOMEIO Administrador Judicial ÉRIKA SANTIAGO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº 26.830.222/0001-25, com endereço na Av. Bias Fortes nº 349, conj. 802, bairro Lourdes, em Belo Horizonte/MG, CEP: 30.170-011, devendo ser lavrado o termo previsto no art.33, da Lei n.º11.101/2005. O responsável pelo processo é a Dra. Érika Santiago Silva, OAB/MG nº 146.240, que deverá assinar o respectivo termo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

2. DETERMINO a suspensão de todas as ações e/ou execuções contra a requerente, na forma do art.6º, da Lei n.º11.101/2005, permanecendo os respectivos autos nos juízos onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§1º, 2º e 7º, do referido artigo e também as relativas a créditos, excetuados na forma dos §§3º e 4º, do art. 49, da mesma lei. Caberá ao devedor comunicar aos juízos competentes a suspensão das referidas ações/execuções, a teor do art.52, §3º, da Lei n.º11.101/2005;

3. DETERMINO à requerente a apresentação de contas demonstrativas mensais, enquanto perdurar a Recuperação Judicial, sob pena de destituição de seus administradores. Tais documentos deverão ser autuados em pasta própria com índice (art. 52, inc. IV, da Lei n.º11.101/2005).

4. DETERMINO a intimação do representante do Ministério Público e a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal, dos Estados e dos Municípios onde o devedor tiver estabelecimento (art.52, V, da Lei 11.101/2005);

5. PUBLIQUE-SE, edital, nos termos do §1º, do mesmo art. 52 supracitado;

6. OFICIE-SE, ao registro competente (Junta Comercial), para anotação da recuperação judicial (art.69, § único



da Lei 11.101/2005);

7. Nos termos do art.53, assinalo à requerente o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do plano de recuperação sob pena de convalidação em falência;

8. DETERMINO a dispensa da apresentação de certidões negativas para que as requerentes exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, observando o disposto no art. 69 da Lei de Falências;

9. Com relação às medidas liminarmente requeridas, consubstanciadas na expedição de ofícios aos cartórios de protesto (a fim de determinar que não sejam expedidas certidões mencionando os créditos sujeitos à recuperação judicial) e aos órgãos de proteção ao crédito - SPC/SERASA (para que também baixem os registros e anotações dos créditos sujeitos à recuperação judicial), **DEFIRO**, na medida em que a negativação do nome da devedora poderá impedir a viabilidade da recuperação judicial, já que dificultaria a obtenção de crédito para a continuidade de suas atividades empresariais, estando, portanto, evidenciada a possibilidade de concessão da medida pretendida que, inclusive, é corolário lógico do deferimento do processamento da recuperação judicial. Expeça-se os ofícios respectivos;

10. Com relação ao pedido, também liminar, para que os clientes da autora se abstenham de rescindir contratos em razão da recuperação judicial, sob pena de multa em favor da requerente no valor do contrato celebrado, **DEFIRO, A SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS QUE TRATAM DA RESCISÃO DO CONTRATO COM FUNDAMENTO NO AJUIZAMENTO DE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, porquanto eventuais rescisões podem afetar adversamente a prestação dos serviços ofertados pela devedora, levando-a até mesmo à bancarrota, o que vai contra o princípio da preservação da empresa e também da função social dos contratos. Com efeito, a simples distribuição do pedido de recuperação judicial não pode, por si só, dar ensejo à resolução antecipada dos contratos, pois estaríamos a presumir a *'exceptio non adimpleti contractos'*, dando prevalência aos interesses particulares em detrimento do bem coletivo. Conclui-se, portanto, pela necessidade de se suspender a eficácia das cláusulas resolutivas no âmbito falimentar/recuperação, sob pena de se colocar em risco a própria atividade empresarial da devedora. **DEIXO DE FIXAR, POR ORA, A MULTA** pretendida pela devedora, o que poderá ser feito em momento posterior, casuisticamente, analisando-se cada contrato individualmente;

Consigne-se que a suspensão da eficácia da cláusula resolutiva do contrato ora deferida poderá ser revista em momento posterior, analisando-se casuisticamente a especificidade de cada contrato, especialmente com vistas a se verificar sua relação direta com o objeto social.

11. Determino, por fim, que devedora apresente, no prazo de 30 (trinta dias), a documentação contábil faltante, relativa ao exercício 2022, sob pena de revogação da decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial.

Intimar. Cumprir.



CONTAGEM, data da assinatura eletrônica.

ROGÉRIO BRAGA

Juiz de Direito

1ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de
Contagem

Avenida Maria da Glória Rocha, 425, Centro, CONTAGEM - MG - CEP: 32010-375

